



Um só fato, três enquadramentos: a narrativa jornalística da História

Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha

Universidade de Brasília-Brasil

mjcunha@unb.br

jandaccunha@gmail.com

Resumo

Partindo do 'lugar de fala' dos autores, este trabalho analisa os enquadramentos dados à narrativa histórica de três livros-reportagem sobre o mesmo fato: a Operação Condor, a organização de terrorismo de Estado que uniu as ditaduras militares do Cone Sul entre 1975 e 1981. Os enquadramentos diferem. Cada um dos autores, sentados em diferentes lugares de fala, contribuem para a escritura de uma história mais plena do que foi e como agiu a Operação Condor.

Palavras- chave: lugar de fala, enquadramento, narrativa

Introdução

Na narrativa, a focalização é reveladora. Quem narra para o leitor? Como narra? De que ângulo narra? As respostas a essas perguntas identificam o foco narrativo, o ponto a partir do qual o leitor acompanha o desenrolar da narrativa. Um narrador onisciente, uma personagem ou o protagonista podem contar a história. Dependendo de quem a conta, a focalização será distinta.

Neste trabalho, tento responder essas perguntas, levando em consideração (a) o 'lugar de fala', da forma como ele é explicitado por Mead (1996); e o 'enquadramento', tal qual ele foi originalmente postulado por Goffman (1974) e, posteriormente, introduzido nos estudos da comunicação por Gitlin (1980).

Mead explica que o 'lugar de fala' é marcado por variantes de gênero, idade, formação profissional e cultura. Também o leitor recebe a narrativa marcada por uma história de vida dentro de coordenadas de tempo e espaço. Nas relações sociais responsáveis, afirma a antropóloga estadunidense, o uso da expressão 'de onde estou sentada' (ou, acrescento, a equivalente 'de onde falo') é “uma admissão de que uma pessoa não enxerga mais do que parte da verdade”.¹

Goffman, para quem a linguagem é um *locus* social, identifica o 'enquadramento', *framing*, como a estrutura da conversação e seus mecanismos

¹ Mead, 1996: 22.



organizadores em encontros sociais. Ele pesquisou a interação face a face como microcosmo social e postulou que há regras culturais que estabelecem como os indivíduos devem se conduzir em uma situação social. São essas regras que fundamentam os *frames*, “os princípios organizacionais que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”.² O enquadramento é compartilhado por interlocutores de uma mesma cultura, a partir de expectativas recíprocas e comuns em um espaço social delimitado. Assim, o espaço emoldurado, *frame space*, funciona como a arena social em que os interlocutores estabelecem sua relação.

Nos estudos de jornalismo, o cientista político e também sociólogo Todd Gitlin observa os enquadramentos [midiáticos] como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão”, por meio dos quais o discurso, seja ele verbal ou visual, é organizado pelos profissionais de comunicação³.

Neste estudo, em que analiso livros-reportagem sobre a Operação Condor, defino 'enquadramento' como **o emolduramento de um fato [político] em episódios selecionados, apresentados e enfatizados – não só na forma, com a construção narrativa, o uso de recursos estilísticos e reforço de linguagem, mas também no conteúdo com a presença ou não de fontes, e a evidência de documentação e fotografias (conteúdo) – por jornalistas que escrevem a partir de seus lugares de fala, localizados por coordenadas culturais de tempo e espaço.**

A História

Hoje conhecida como uma espécie de ‘Mercosul do Terror’, a Operação Condor foi criada em 1973, dois anos após a queda do primeiro presidente socialista eleito em pleito democrático na América do Sul, Salvador Allende. O encontro realizou-se no Chile do general Augusto Pinochet⁴ com a presença de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, todos países da região conhecida como Cone Sul, localizada no extremo meridional do continente. O pano de fundo era a Guerra Fria – com os Estados Unidos liderando os países de orientação capitalista por um lado e, de outro, a então União Soviética comandando o bloco comunista.

O encontro em Santiago ocorreu, com o conhecimento do governo dos Estados Unidos, para estabelecer uma aliança político-militar entre os governos participantes – todos sob regimes militares ditatoriais naquele momento – para unir seus aparelhos repressivos e neutralizar os opositores aos seus regimes autoritários. A organização que como a condor, a ave tradicional do Chile que lhe deu o nome – a maior ave de rapina do mundo – varreria grandes distâncias para fazer muitas presas. Iniciava ali uma caçada que, ao transpor fronteiras, ultrapassar limites e violar leis, transformaria em ‘carniça’ os dissidentes políticos.

A Operação Condor operou em três fases: (1) formalização de troca de informações entre os serviços de Inteligência, com a criação de um banco de dados sobre pessoas, organizações e outras atividades de oposição aos governos ditatoriais; (2) operações conjuntas nos países e troca de prisioneiros, com os agentes da repressão local envolvidos na localização e prisão de opositores caçados por governos estrangeiros; e (3) marcada pelas execuções e atentados fora da América Latina. A

² Goffman, 1974: 10.

³ Gitlin, 1980: 6-7.



Condor atuava de forma coordenada à margem da lei, clandestinamente. Nunca antes se viu uma organização de terrorismo de Estado tão ampla (os seis fundadores e, já no final, acrescidos de Equador e Peru) durante tanto tempo (1975 a 1981).

Na história oficial, a participação brasileira na Operação Condor sempre foi negada pelos militares. Nos anos 1990, com as denúncias de movimentos de direitos humanos e das famílias de desaparecidos e presos políticos da época de terror no Cone Sul, versões distintas da história oficial começaram a surgir. Após documentos anteriormente classificados pelo governo dos Estados Unidos e mantidos sob a custódia da Central Intelligence Agency (CIA) terem sido liberados durante a gestão de Bill Clinton (1993-2001), três importantes livros-reportagem foram escritos sobre a Condor: *As garras do Condor*, de Nilson Mariano (2003); *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*, de John Dinges (2004); e *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha (2008). Os três livros têm enquadramentos distintos.

As garras do Condor

O livro *As garras do Condor* foi escrito pelo jornalista gaúcho Nilson Mariano e publicado originalmente em espanhol, com o título *Operación Condor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur* Editora Lohlé-Lumen, em 1998. No Brasil foi publicado em 2003, já acrescido de informações conseguidas pela desclassificação dos documentos de Washington.

Na concepção do livro está uma série de reportagens escritas por Mariano, entre 1993 e 1995, para o jornal *Zero Hora*, o mais prestigiado jornal no sul do Brasil. A mola propulsora da primeira reportagem foi a descoberta dos arquivos da polícia secreta do general Alfredo Strossner no Paraguai. Enquanto os pesquisadores abriam caixas e caixas de documentos do chamado ‘Arquivo do Terror’, localizado na cidade de Lambaré, a 20 quilômetros da capital, Assunção, Mariano cobria as primeiras eleições democráticas após a ditadura militar na capital paraguaia. A descoberta chamou a atenção de Mariano porque, entre os papéis descobertos, havia documentos que comprovavam a colaboração do Brasil com o Paraguai. na Operação Condor. Até então, poucas pessoas tinham a dimensão exata do que havia sido a Operação Condor. O assunto era novo e inexplorado na imprensa brasileira. Sobre ele, então, Mariano escreveu as reportagens publicadas em *Zero Hora* entre 11 e 14 de fevereiro de 1996. A importância do trabalho de Mariano ficou marcada pelos prêmios da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH).

Em *As garras do Condor*, a narração é feita pelo próprio Mariano que, em breves trechos, se coloca na cena narrada como “o autor”.

Entrevistado *pelo autor deste livro*, Chato Peredo contou que o ELN-pós-Guevara, sem experiência e apoio da população, foi destruído em quatro meses, sendo reduzido a oito sobreviventes.⁴

O autor deste livro conversou com Baltasar Garzón, em maio de 2001.⁵

⁴ Mariano, 2003: 89.

⁵ idem, p. 23.



O uso da terceira pessoa do plural na autorreferência do autor, muito comum em textos acadêmicos, busca a neutralidade no olhar do escritor. Muito embora essa neutralidade, transvestida de objetividade, seja recomendada no meio jornalístico, ela é quase inatingível em um livro-reportagem. É do autor jornalista a tomada de decisões em um livro-reportagem – desde a escolha do tema ao uso da linguagem. Essas decisões não dão margem à neutralidade e, quando refletidas no texto, estabelecem a identidade social e política do autor.⁶

Mariano usa de recursos paranarrativos para ratificar sua ratificação de dois importantes documentos: um portfólio e um prefácio. No portfólio de oito páginas, as lentes enfocam a busca pelos desaparecidos em onze fotos – o protesto das Mães da Praça de Maio; a identificação de esqueletos guardados em caixas de papelão; um cemitério com tumbas de não identificados; o monumento aos 3.196 mortos no Chile; a pichação contra a impunidade; fotos de desaparecidos e daqueles que ainda os procuram. O prefácio é escrito por Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, hoje um dos nomes mais importantes no Brasil na luta pelos direitos humanos.

Na verdade, a voz de Mariano é ouvida apenas pela autoridade da narração. As *garras do Condor* é, de fato, um todo polifônico. São muitas as vozes que se ouvem. A tessitura da narrativa é costurada pelas histórias de perseguidos, presos, torturados e, em muitos casos, mortos nas ações do terrorismo de Estado perpetradas no Cone Sul. São histórias que contam os tempos sob perspectiva de quem teve sua liberdade cerceada e foi abusado pelas autoridades. São histórias de desrespeito, de violência, de horror. Todas elas de angústia, tristeza e saudades.

Desde a introdução, onde Mariano contextualiza a “aliança do terror” no Cone Sul, há várias histórias individualizadas, recolhidas pelo próprio autor durante uma década. No restante do livro, as histórias são agrupadas em cinco seções, cada uma delas designada pelo nome de um país envolvidos na Operação Condor: Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Brasil. A Bolívia é mencionada nas estatísticas sobre a mortandade no Cone Sul que Mariano apresenta na introdução e, novamente, na seção da Argentina, país onde a colaboração entre governos levou à eliminação do ex-presidente boliviano Juan José Torres, em Buenos Aires. Não há para a Bolívia uma seção, em separado. No caso do Brasil, há algumas histórias que são sobre as ações da Condor, embora elas sirvam para a contextualização dos duros tempos da ditadura militar.

Para sistematizar todas as histórias, Mariano pesquisou em documentos oficiais e colheu depoimentos das próprias vítimas da ditadura e de familiares de presos desaparecidos. Durante a década em que viajou pelos países envolvidos na Operação Condor, ele fez entrevistas e também teve acesso a arquivos pessoais e fotografias. "Entendi que deveria ouvir essas pessoas, porque estão envelhecendo, é necessário preservar o testemunho delas", declarou Mariano⁷.

⁶ As linguistas britânicas Romy Clark e Roz Ivanič, que trabalham com a consciência crítica da linguagem desde os anos 1980, defendem que, ao escrever, o/a autor/a deve “esclarecer seu comprometimento com as ideias expostas; decidir como assumir responsabilidade, seja declarando sua posição ou mascarando-a; e estabelecer sua identidade sociopolítica como autor/a” (Clark e Ivanič, 1997:135, minha tradução).

⁷ Entrevista ao jornal *Matéria* *Prima*



No livro, as histórias nem sempre encaixam umas nas outras. Mariano, consciente ou inconscientemente, as faz surgir da forma como elas surgiam nos tempos de repressão política: aqui e ali, sem necessárias ligações e com muitas lacunas. É o leitor que vai, aos poucos, preenchendo as lacunas, construindo conexões e sobrepondo os depoimentos, de forma a reconstituir um passado que, por ser tão próximo, ainda parece inescrutável.

Os anos Condor

Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul (The Condor Years - how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents) foi originalmente escrito em inglês pelo jornalista estadunidense John Dinges, em 2004. No mesmo ano, publicou em espanhol a versão em espanhol *Operación Cóndor: una década de Terrorismo en el Cone Sur*. Traduzido para a língua portuguesa o livro foi publicado no Brasil em 2005.

Na edição brasileira *Anos do Condor*, há informações que não foram anteriormente publicadas no original em inglês – por exemplo, a de que o braço da Operação Condor no Brasil foi o general João Baptista Figueiredo, presidente de 1979-1985, cujo nome é citado nos documentos consultados por Dinges.

Na gênese do livro de Dinges está a sua vivência como jornalista chegado no Chile um ano antes da queda de Allende. Entre 1972 e 1977, Dinges morou em Santiago e, como correspondente da revista *Time*, do jornal *The Washington Post* e da rádio *ABC*, cobriu o golpe militar e os cinco primeiros anos da ditadura chilena. Hoje ele é professor da Columbia University e essa nova experiência está presente no rigor acadêmico com que escreve *Os anos do Condor*.

Como base documental para o seu trabalho, Dinges traz os escritos oficiais que foram desclassificados e que, durante muito tempo, haviam ficado sob sigilo da CIA.

Devido à natureza de enorme empreendimento de Inteligência, a Condor gerou uma imensa trilha de documentos no governo dos Estados Unidos. Desses, no mês de junho de 1999, em Washington, o Departamento de Estado liberou 5.800 documentos, tornando públicas cerca de 60 mil páginas de arquivos secretos dos Estados Unidos sobre o Chile. Uma coleção menor de documentos sobre a Argentina também veio à luz. Eram 24 mil relatórios sobre o Chile e 4 mil sobre a Argentina, além de cópias de correspondência entre a CIA e sua correspondente no Chile, a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA).

Dinges teve acesso a esses documentos e, respaldado na Lei de Liberdade de Informação de seu país, ainda pediu a liberação de outras 2 mil páginas. Além disso, assim como Mariano o fizera ele também pesquisou no 'Arquivo do Horror', que hoje se encontra no oitavo andar do Palácio da Justiça em Assunção, onde hoje funciona o Centro de Documentación para la Defensa de los Derechos Humanos, sob a supervisão do Supremo Tribunal Paraguai. Dinges pesquisou nesse arquivo em 1999 e, dois anos depois, em 2001, elaborou um projeto com o analista do Arquivo de segurança



Nacional Carlos Osório, para catalogar, microfilmar e digitalizar toda a coleção.⁸

Adicionalmente, Dinges pesquisou nos arquivos sobre o Enrique Arancibia Clavel, preso em 1978 como espião chileno em Buenos Aires. Os documentos de Arancibia são um guia importante das operações conjuntas entre Chile, Argentina e Paraguai entre 1974 e 1978.

John Dinges valoriza muito os documentos por terem eles saído “das entranhas das organizações da polícia secreta, se tornaram acessíveis” àqueles que queriam narrar a história plena daqueles anos – o autor, inclusive. Ele usa os documentos para construir um raciocínio sobre o perigo da cumplicidade dos Estados Unidos com o terrorismo de Estado de seus aliados. Afirma que, ao se alinhar com parceiros ideológicos e geopolíticos, o governo estadunidense divide “o mundo entre aqueles que estão do nosso lado e aqueles que estão ao lado dos terroristas”, correndo o risco de acabar em “abraço estreito com assassinos em massa”.⁹

O raciocínio de Dinges sobre a construção do terrorismo de Estado entre aliados americanos e a ambiguidade do governo dos Estados Unidos liga dois fatos acontecidos no dia 11 de setembro: o bombardeio do Palácio de La Moneda no 11 de setembro sangrento do Chile de 1973 e o ataque terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, em 2001. Ele não considera os dois fatos isoladamente. Diz que as duas datas marcam consequências da guerra total justificada como 'guerra ao terrorismo' perpetrada pelos Estados Unidos.

Os anos do Condor é a anatomia da Operação Condor, de sua criação à última ação. Nessa anatomia, além do Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai – os países selecionados para dar fundo às histórias individuais narradas por Nilson Mariano em *As garras do Condor* – Dinges cita o ingresso de mais dois países, Peru e Equador, em 1978.¹⁰

Dinges triangulou a informação obtida na pesquisa documental com duzentas entrevistas de pessoas diretamente envolvidas nos fatos – tanto por dentro dos governos militares e seus aliados internacionais, inclusive os Estados Unidos, como por dentro dos grupos revolucionários radicais de oposição. Pela natureza de suas funções em um lado ou outro, essas pessoas também detiveram informações confidenciais durante muito tempo, o que fez Dinges afirmar que seu livro conta histórias “daqueles anos cheio de terror do ponto de vista dos atores ocultos”.¹¹

Na sua narrativa, Dinges se responsabiliza, de forma clara e inequívoca, por suas posições. O uso da primeira pessoa do singular ajuda a enfatizar o comprometimento do autor com suas ideias.¹²

Não **creio** que os Estados Unidos começaram com a intenção de encorajar as matanças em massa ou as missões terroristas

⁸ <http://www.unesco.org/webworld/paraguay/documentos.html>, acesso em setembro, 2009.

⁹ Dinges, 2005, p. 370.

¹⁰ Essas informações são fundamentadas em documentos da agência de Inteligência dos Estados Unidos de 14 de fevereiro de 1978. (Dinges, op.cit., nota 18, p. 412)

¹¹ Dinges, 2005, 19.

¹² Quando, no original em inglês, Dinges expressa o sujeito de primeira pessoa singular, ele o faz com o do pronome pessoal reto *I*, eu. Em português, a desinência verbal de primeira pessoa do singular é suficiente.



internacionais executadas por nossos aliados militares na América do Sul nos Anos do Condor. **Acredito** que alguns oficiais tomaram atitudes corajosas para diminuir a violência e salvar vidas em alguns casos.¹³

Dinges também singulariza a primeira pessoa para mostrar autoridade sobre suas fontes ou procedimentos de investigação.

Tentei estabelecer a linha básica histórica da verdade, ao menos dos fatos documentados, sobre a relação do governo dos Estados Unidos com o pessoal militar responsável por esses crimes internacionais em massa. **Tentei** equilibrar **minha** crítica à cumplicidade dos Estados Unidos com o respeito pelos funcionários norte-americanos que tentaram manter sua bússola moral intacta, enquanto implementavam políticas de profunda ambiguidade moral.¹⁴

Entrevistei os funcionários principais do bureau latino-americano que tratavam da questão Condor para Kissinger.¹⁵

Quando Dinges pluraliza a primeira pessoa, ele não o faz por modéstia.¹⁶ O uso do plural para Dinges é inclusivo: sou eu, John Dinges, o jornalista/pesquisador/autor do livro, e você, o leitor, o interlocutor, a pessoa para quem se está escrevendo, ex.: “A história dos Anos do Condor não é uma história que [nós, estadunidenses] *estamos* [sic] condenados a repetir.”¹⁷ Esse uso gramatical ajuda Dinges a construir seu lugar de fala perante os leitores, originalmente o público estadunidense. Nesse lugar sua identidade sociopolítica¹⁸ mostra um cidadão estadunidense crítico em relação à atuação de seu país durante as ditaduras militares no Cone Sul e, sobretudo, preocupado com o terrorismo de Estado cultivado pelas ambiguidades da política externa dos Estados Unidos no mundo, ontem e hoje.

No diálogo silencioso da escrita, o autor usa de artifícios linguísticos e discursivos para fazer com que seus interlocutores se perguntem se eles querem compartilhar ou se alienar da verdade plena sobre a Operação Condor. Não há prefácio ou fotos no livro de Dinges.

O enquadramento de *Os anos do Condor* mostra que Dinges, após conhecer os detalhes da Operação Condor, interpretou os fatos e, antes de apresentá-los ao leitor, selecionou e deu ênfase ao papel que o Governo estadunidense assumiu à época.

Operação Condor. O sequestro dos uruguaios.

Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura, foi escrito pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha em 2008. O livro narra uma ação específica da Operação Condor, ocorrida em Porto Alegre, em novembro de 1978: o

¹³ Dinges, 2005: 368-9. (grifo meu)

¹⁴ idem, p. 367. (grifo meu)

¹⁵ idem, p. 367. (grifo meu)

¹⁶ No 'plural de modéstia', tanto em inglês como em português, a pessoa que fala ou escreve usa a primeira pessoa do plural (nós/we) mesmo sendo ela a única autora da ação. O pronome 'nós/we' pode também esconder um só indivíduo quando usado por autoridades ('plural majestático').

¹⁷ Dinges, 2005: 370. (grifo meu)

¹⁸ Ver nota 6.



sequestro dos uruguaios Universindo Díaz Rodríguez, Lilian Celiberti e seus dois filhos, Camilo (8 anos) e Francesca (3).

Como o livro de Mariano, o de Cunha também começou com uma série de reportagens publicadas na revista *Veja*, em 1978. Em 1993, quinze anos depois do sequestro dos uruguaios, Cunha publicou um caderno especial sobre o assunto no jornal *Zero Hora*, cuja sucursal de Brasília ele dirigia.¹⁹ No mesmo ano, fez o roteiro e apresentou um documentário na TV RBS de Porto Alegre, com a direção de João Guilherme Reis. O vídeo foi agraciado com o Prêmio de Direitos Humanos, *hors concurs*, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e pela Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul.²⁰

Em 2005, o jornalista Fernando Molica incluiu a série de reportagens escritas por Cunha para a revista *Veja* entre as “melhores reportagens produzidas em um dos piores tempos da nossa história”²¹. No livro *10 reportagens que abalaram a ditadura*, organizado para a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e publicado pela Editora Record, Molica se refere ao trabalho de Cunha e Scalco como “exemplos de persistência, determinação e capacidade de investigação jornalística.”²²

De fato, a série de reportagens se estendeu durante 86 semanas, cerca de dois anos. Começou na edição de 29 de novembro de 1978, com o relato do encontro dos dois repórteres com homens armados no apartamento da rua Botafogo, onde Lilian Celiberti estava cativa. Terminou na edição de 30 de julho de 1980 que trouxe “a corajosa decisão do juiz Moacir Danilo Rodrigues, de Porto Alegre, condenando pela primeira vez no país agentes do intocável mecanismo de repressão armado pela ditadura de 1964”.²³

Trinta anos (1978-2008) separam o novembro da primeira reportagem em *Veja* e o novembro do lançamento do livro-reportagem na Feira Internacional do Livro em Porto Alegre. Levou todos esses anos para que Cunha conseguisse recuperar os vários ângulos da história do sequestro dos uruguaios. Como o próprio autor explica na apresentação, era imediato o perigo da retaliação às pessoas que falassem naqueles tempos.

Três décadas depois da primeira matéria sobre o sequestro, descobri animado que algumas conversas difíceis naquela época ficaram menos complicadas, desobstruídas pelo tempo, ponderadas pela distância, depuradas no filtro da história e lapidadas na consciência de todos. Militares e paisanos, policiais e vítimas, gente do governo e da oposição, pessoas graúdas e figuras modestas falam agora com mais desenvoltura, embora ainda preservando a discrição, quando não o anonimato.²⁴

¹⁹ Cunha, 1993.

²⁰ Cunha e Reis, 1993.

²¹ Molica, 2005: 9.

²² idem, p. 11.

²³ Cunha, 2007: 19.

²⁴ idem, p. 22.



A jornalista Ana Beatriz Magno, em sua dissertação de mestrado sobre a reportagem na premiação Esso25, identificou o trabalho de Cunha na categoria de 'fiscalização dos bastidores do poder'. Ela afirma que, em reportagens desse tipo, o repórter precisa ter fonte entre as autoridades, paciência nas investigações, confiança dos editores e credibilidade entre os leitores. Se seguir esse caminho – ela acrescenta – o jornalista tem a enorme chance de experimentar o efeito multiplicador da informação.

... a cada matéria publicada, a investigação cresce graças às novas informações que vão chegando ao jornalista. Foi o que aconteceu com o jovem Luiz Cláudio Cunha em 1979, então chefe da sucursal de *Veja*, em Porto Alegre. Na tarde de 17 de novembro, Luiz Cláudio Cunha estava fechando a edição de *Veja* com o resultado das eleições, quando recebeu uma ligação anônima. O interlocutor lhe fornecia o endereço do cativado de militantes de esquerda uruguaios, sequestrados por uma operação conjunta entre militares uruguaios e brasileiros. Luiz Cláudio foi atrás, encontrou o lugar, escreveu uma longa série de matérias e acabou virando personagem da sua própria coragem.”²⁶

Em verdade, Cunha era o chefe de jornalismo de toda a sucursal da Editora Abril na capital gaúcha. Ele próprio era repórter de *Veja*, porém também comandava os correspondentes de outras publicações jornalísticas da Abril, como as revistas *Placar*, *Quatro Rodas* e *Exame* – um detalhe que influiria, e muito, na investigação jornalística.

O dia 17 de novembro de 1978 era uma sexta-feira, quando então fechava a edição semanal de *Veja*. Pela manhã, Cunha acompanhava a finalização de votos da eleição realizada dois dias antes no Brasil, entre os dois únicos partidos políticos existentes à época: a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nessa eleição, Pedro Simon, que era uma das vozes mais críticas da oposição no Rio Grande do Sul, é eleito senador pela primeira vez. Para entrevistá-lo, Cunha envia Pedro Maciel e Ricardo Chaves – respectivamente, repórter e fotógrafo de *Veja* – para o litoral gaúcho, onde se encontra o novo senador. No burburinho do fechamento, Cunha atende o telefone para ouvir uma voz anônima avisar, em espanhol, que um casal de uruguaios com duas crianças estavam desaparecidos, *detenidos*. Cunha anota o endereço e, na ausência do fotógrafo de *Veja*, escala para lhe acompanhar o fotógrafo da revista esportiva *Placar*, João Batista Scalco. Ao chegarem no endereço indicado, Cunha fala em espanhol com a moça que abre a porta. Confundidos com outros membros do Partido pela Vitória del Pueblo (PVP), os dois são arrastados para dentro do apartamento e calçados com revólveres.

Aperto a campainha, com Scalco ao meu lado esquerdo. Aguardo. [...] Ergo a mão para soar a campainha outra vez, mas antes disso a porta se entreabre, devagar, e para. No espaço estreito surge o rosto pálido de uma jovem morena e miúda, de cabelos pretos escorridos, sobrancelhas grossas e dois olhos arregalados, negros como um par de jabuticabas. [...]

²⁵ Magno, 2006.

²⁶ Magno, op. cit, p. 101.



– *Bueno, nosotros somos de la Editorial Abril y recibimos ahora una llamada de San pablo. Me gustaría saber si está todo bien... Yo...*

Não pude terminar a frase. Em um movimento firme e rápido, mas sem violência, a jovem afastou-se para o lado, me deixou falando sozinho. Calei por um bom, sólido, metálico motivo. Saiu de cena o negro profundo de seus olhos e entrou em seu lugar o interior escuro e estático do cano de uma pistola, a um palmo de minha testa. Era a minha vez, agora, de arregalar os olhos. Deixei o olhar escorrer pela arma cromada, que lembrava na forma e no tamanho uma pistola calibre 45. Fiz isso com o cuidado extremo de não perturbar qualquer nervo mais sensível de meu novo anfitrião. Minha maior preocupação, agora, era a mão direita, a que segurava a arma. Não queria fazer nada que pudesse contrair seus músculos – principalmente os do dedo indicador no gatilho da pistola.²⁷

Cunha e Scalco haviam encontrado o cativo de militantes de esquerda uruguaia, sequestrados em uma ação conjunta de militares uruguaianos com a polícia civil gaúcha. Ao saírem de lá, ainda assustados, Cunha pergunta a Scalco se ele reconheceria alguém. O fotógrafo diz que um dos policiais se parecia com um antigo jogador do Sport Club Internacional de Porto Alegre. A investigação jornalística inicia ali.

Assim também começa a narrativa de *Operação Condor. O sequestro dos uruguaianos*. A partir da descoberta do cativo, Cunha narra – em trinta capítulos – os fatos que envolveram essa ação da Operação Condor em solo brasileiro. Completamente diferente das narrativas de Mariano e Dinges, a de Cunha tem características de uma intriga policial ao estilo de Georges Simenon (1903-1989) e Raymond Chandler (1888-1959)²⁸, com o suspense estabelecido a cada final de capítulo.

Para desenrolar a trama, Cunha repassa cena por cena da trama em detalhes, reconstrói diálogos inteiros e registra gestos, maneiras, roupas, hábitos, costumes, estilos de mobília. Enfim, tudo o que, desde os anos sessenta, foi pregado pelos adeptos do movimento conhecido como *New Journalism*, Novo Jornalismo²⁹ – e também praticado, entre 1966 e 1976, na redação da extinta revista *Realidade*³⁰.

Cunha também usa um quarto recurso do Novo Jornalismo: o 'ponto de vista da terceira pessoa'. Por essa técnica, o leitor é apresentado a cada cena por

²⁷ Cunha, 2008: 31-2.

²⁸ O belga Georges Simenon e o estadunidense Raymond Chandler são considerados mestres do romance policial. Simenon escreveu intrigas policiais simples, mas com personagens bastante complexas – a mais conhecida delas é o Inspetor Maigret, herói de mais de quarenta histórias. Chandler escreveu romances policiais e argumentos para o cinema. Em seu primeiro romance, *À beira do abismo/The big sleep* (1939), introduziu a personagem Philip Marlowe, herói de mais seis histórias, que foi vivido por Humphrey Bogart nas telas.

²⁹ Ler Wolfe (2005) sobre os recursos usados pelos adeptos do *New Journalism* – entre eles Gay Talese, Tom Wolfe e John Sacks.

³⁰ No início da carreira, Cunha fez, como *free-lancer*, um perfil do gaúcho para a revista *Realidade*. A matéria 'O fim do gaúcho' foi publicada na edição nº 84 março/1973, assinada com o nome de José Antônio. Naquele trabalho, Cunha se fez acompanhar do repórter fotográfico Leonid Streliaev.



intermédio de uma personagem particular de sua narrativa. Ele tem a sensação de estar dentro da cabeça dessa personagem, experimentando a realidade emocional da cena da mesma forma como a experimenta a personagem. Isso só é conseguido quando o repórter consegue saber do sujeito por trás da personagem da narrativa quais foram seus sentimentos e emoções naquela determinada cena.³¹ Foi o que Luiz Cláudio Cunha fez em sua narrativa sobre o sequestro. Ele entrevistou exaustivamente, oralmente e por escrito, as personagens condutoras de sua narrativa: Lilian Celiberti e Universindo Díaz.

Desta vez não há violência. Parece só uma rotina burocrática. Perguntam nome, sobrenome, tiram impressões digitais, checam documentos. Lilian responde, mas está preocupada com as crianças na sala ao lado. Antes de sair pede para uma mulher negra que trabalhava ali que cuide deles.

Lilian não tem mais ninguém em quem confiar. Conta rapidamente sobre os desaparecimentos de crianças na Argentina e implora para que ela ligue para seus pais em Montevideu e avise o que está acontecendo. Pede outra vez que cuide de seus filhos. Lilian fala rápido. Teme que o delegado entre de novo na sala.³²

[...] Agora o salto dói cada vez mais no corpo machucado de Universindo.

As respostas continuam insatisfatórias. Tiram as algemas e atam as mãos aos tornozelos. Passam uma barra de ferro entre os punhos amarrados e a dobra do joelho e o penduram a uns cinquenta centímetros do chão. De cabeça para baixo, Universindo parece um frango assado. Ele está provando agora o gosto amargo, dolorido, de uma genuína invenção brasileira: o pau de arara, um dos mais temidos instrumentos de tortura dos cárceres do Cone sul, um legado verde-amarelo à civilização.

As perguntas continuam, os golpes também. A dormência se infiltra pelas artérias e veias dos pés e mãos, sem o sangue que se acumula na cabeça rente ao chão. A dormência cede lugar á dor, uma dor cada vez mais insuportável, indescifrável, intangível.

Para aumentar o sofrimento acoplam no braço, no pulso, na perna, an orelha, no dedo. Uma dezena de conexões diretas com a dor. Alguém pega um balce, jogam a água sobre o corpo seminu. O medo congela, a água fria enregela. A manivela gira mais rápida, os choques elétricos da *picana* provocam estertores, estremecem o corpo, as idéias, as convicções.

Universindo luta, resiste. Pensa na morte, no alívio, na paz.

A morte é o descanso.³³

³¹ O jornalista e professor Paulo Paniago defende que os recursos pregados pelo movimento do Novo Jornalismo já eram anteriormente utilizados pelos repórteres da revista *The New Yorker*. (Paniago, 2008)

³² Cunha, op. cit., p. 63.

³³ Cunha, op. cit., p. 65-6.



Celiberti e Díaz não foram os únicos a repassar as cenas com Cunha. Ele colheu depoimentos e teve contribuições de 132 outras pessoas, que lhe passaram informações ou lhe fizeram rever detalhes.

Cunha faz sua narrativa de um lugar privilegiado, marcado por duas coordenadas importantes. Ele foi (1) testemunha ocular (*testis*) dos acontecimentos e (2) fez uma minuciosa investigação jornalística colhendo depoimentos dos sobreviventes do jugo do Estado totalitário (*supertes*). Essas são duas características importantes da literatura de testemunho.

A expressão 'literatura de testemunho' tem sido largamente usada para definir o testemunho de um tempo. Alude à capacidade de representação, com mediações formais, o processo social na qual se insere aquele que testemunha.³⁴

Para o escritor e dramaturgo guatemalteco Manuel Galich – um dos primeiros a tentar definir a *literatura testimonhal* – a característica principal da narrativa-testemunho é tratar de um aspecto social da América Latina.³⁵ No final dos anos sessenta, a Casa de Las Americas, em Havana, passou a considerar a categoria 'testemunho' em seu prêmio literário.

Em *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios* – que, aliás, recebeu a menção honrosa de literatura brasileira em 2010 da Casa de Las Américas – as características principais da literatura de testemunho se fazem presentes: (1) escrito dotado de um caráter documental e informativo; (2) enunciação, muitas vezes feita a partir de um *locus* eminentemente político; (3) narrativa contada em primeira pessoa; (4) narrador e protagonista incidem sobre a mesma figura; (5) narração autodiegética, com o tempo e espaço que decorrem dentro da trama, com suas particularidades, limites e coerências determinadas pelo autor; (6) ocupa-se de questões e/ou subjetividades que não gozam do mesmo prestígio daquelas representadas nos gêneros canônicos; (7) legitimização de vozes outras que não as hegemônicas; (8) utilização de material secundário autêntico (entre outros, prefácios, fotos e documentos); (9) recursos linguísticos e estilísticos trazidos da narrativa literária; (10) traços fortes de oralidade na narrativa-testemunho.

Efetivamente, o livro de Cunha tem caráter documental e informativo. Além de desvendar a trama do sequestro dos uruguaios ocorrida em 1978, o autor também registra o contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e, particularmente, o que era fazer jornalismo naqueles tempos. Daí, inclusive, o subtítulo da obra: *Uma reportagem dos tempos da ditadura*.

Vivia-se uma compassada era pré-digital, em que jornalistas não dispunham de celular, computador, correio eletrônico, *laptop*, internet, Google, Wikipédia... Não havia *gadgets*, nenhuma maravilha da realidade on-line, do paraíso *high-tech* e do universo wireless que pudesse facilitar a vida de um repórter. [...] As fotos não eram um milagre instantâneo. Passavam antes pelo papel, que era banhado em ingredientes mágicos que faziam a foto emergir lentamente no banho da revelação no quarto escuro. A transmissão de imagens não era um

³⁴ Sobre a literatura de testemunho, ler Marco (2004).

³⁵ A reflexão de Manuel Galich (1913-1984) sobre a literatura de testemunho foi publicada no *Boletín de la Casa de las Américas* de 02 de março de 1969.



frenesi medido em *bytes* ou segundos. Levava quinze, vinte minutos para cada foto ser transmitida, via telefone, por uma geringonça barulhenta chamada telefoto. Dali saía às vezes não uma foto, mas um borrão imprestável que nos obrigava a repetir todo o processo. As matérias não eram digitadas em tela limpa e iluminada de computador, para transmissão fulminante via satélite. Todo o texto era batido na máquina de escrever, no máximo portátil, em laudas impressas que se empilhavam cheias de palavras cobertas pela letras X – a tecla que se usava para cobrir os erros de digitação e gramática, já que ainda não havia a miraculosa tecla 'delete' dos computadores. Datilografada a matéria, o texto era redigitado por um teletipista na máquina de telex – um aparelho ponto a ponto que transmitia o texto de porto Alegre para São Paulo, através de uma fita picotada que, em dia de sorte, não se rompia. Era preciso sorte.

Não existiam câmeras ocultas, nem se usava gravador. Grampo era uma façanha tecnológica de alcance exclusivo da repressão. As conversas eram olho no olho, repórter e fonte, sem nenhum gravador como intermediário. Naqueles tempos inseguros, o microfone de um gravador produzia mais insegurança na conversa do que certeza no texto. Em mais de seicentos dias de apuração, não existe uma única conversa gravada na série sobre o sequestro.³⁶

A narrativa de *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios* é complementada por dois anexos. O primeiro, 'O Uruguai sequestrado', situa historicamente o Uruguai e contextualiza o país nos tempos de ditadura. O outro, 'A sombra do condor', é um breve histórico da Condor enfocando a participação do Brasil na operação e identificando, em primeira mão, os dois representantes do Brasil na fundação da operação no Chile, em 1975.

A narração altera da primeira pessoa para a terceira. A cena é narrada na primeira pessoa nos momentos em que Cunha se situa no cenário dos acontecimentos. Então, ele é o narrador e é também um protagonista.

A voz do autor não é a única ouvida. Ele usa a sua voz para legitimar outras, não hegemônicas. Vozes que precisavam ser ouvidas, como as de Lilian e Universino. Vozes que não conseguiam ser ouvidas, como as do jornalista Paulo Totti e da economista Marinês Grando, que nunca antes tinham contado suas histórias.

É possível ler a identidade do jornalista Luiz Claudio Cunha ao longo de toda a sua narrativa. Ele expressa seus posicionamentos com clareza. Seu lugar de fala é um *locus* político, de onde – com convicção – ele se compromete com suas ideias.

Tudo aquilo aconteceu tempos atrás, no sul do continente.

Tempos em que [as prisões de] Dignidad e Libertad machucavam a carne, sangravam a alma.

É importante não esquecer.

É necessário lembrar para resgatar o significado exato das palavras [dignidade e liberdade].

³⁶

Cunha, op. cit., p. 20-1.



Lembrar e contar.
Em nome da dignidade.
Em nome da liberdade.³⁷

A literatura testemunhal descarta a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos narrados. No contexto jurídico, inclusive, o testemunho é o depoimento de uma terceira pessoa, a certificação que se faz necessária para a verificação da verdade entre duas partes. O testemunho só existe quando a verdade está enevoadada pela dúvida e pela mentira.

No caso do sequestro dos uruguaios, a verificação da verdade se fez necessária. Por diversas vezes, os militares uruguaios já haviam cruzado o rio da Prata com o intuito de prender ativistas da oposição. Até então, não se tinha conhecimento se, com esse fim, eles tivessem atravessado a fronteira seca do Brasil. Agora se tinha certeza: a ação tinha testemunhas. Cunha tinha uma nova versão para contar. Contou-a, primeiramente, na série de reportagens de *Veja*. Depois, passou trinta anos montando, pacientemente, o quebra cabeças da trajetória.

Como em *As garras do Condor*, Cunha ratifica a sua história com documentos, fotos e dois prefácios, dos jornalistas José Roberto Guzzo – que era o diretor de *Veja* à época do sequestro, e do jornalista Juca Kfoury – então, diretor da *Placar*. São oito páginas com quarenta e quatro fotos identificando cada uma das personagens do sequestro dos uruguaios.

O enquadramento que Cunha dá à história da Operação Condor é em torno da ação em Porto Alegre, em novembro de 1978. Para explicá-la, Cunha domina o tempo diegético e o faz correr do presente para o passado e de volta para o presente. O próprio testemunho é uma tentativa de reunir os fragmentos do passado e, recuperando o seu contexto, tentar compreendê-lo

Considerações Finais

Neste trabalho analisei três dos livros sobre a Operação Condor publicados em 2003, 2005 e 2008, já depois da desclassificação de documentos, da localização de corpos e da narrativa dos sobreviventes daquela que foi a maior organização terrorista que se tem notícia na América do Sul.

Pela história oficial, o Brasil não participou da Operação Condor. Pelas narrativas dos jornalistas Nilson Mariano, John Dinges e Luiz Cláudio Cunha, o Brasil participou não só da fase 1 (troca de informação) como da fase 2 (prisão e sequestro de presos políticos de um país no solo de outro).

Os enquadramentos diferem. Cada um dos narradores regula a informação enunciada em quantidade (eventos, personagens) e em qualidade (posição afetiva, moral, ideológica) e condiciona a imagem da história projetada.

Nilson enquadrando as histórias dos presos e torturados, e dos familiares dos mortos e desaparecidos. Dinges enquadrando a omissão e a ambiguidade dos Estados Unidos diante do terrorismo de Estado desenvolvido dentro e fora da América Latina. Cunha narrou uma ação da Condor em Porto Alegre, na qual ele foi testemunha ocular.

³⁷

idem, p. 443.



Cada um dos autores, sentados em diferentes lugares de fala, contribuem para a escritura de uma história mais plena do que foi e como agiu a Operação Condor.

Pela perspectiva diferenciada das três narrativas, a História ganha força, vida, relevância e significado. O passado volta, íntegro ao presente. O futuro fica mais definido.

A História resgatada do passado é a garantia de que ela não se repetirá no futuro.

Referências bibliográficas:

- CLARK, Romy e IVANIČ, Roz. *The politics of writing*. Londres: Routledge, 1997.
- CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009, 2a. ed..
- _____. O sequestro de Lilian e Universindo – 15 anos depois. A farsa desvendada, *Zero Hora*, 22 nov. 1993.
- CUNHA, Luiz Cláudio e REIS, João Guilherme. *O sequestro dos uruguaios: 15 anos depois*. Direção: João Guilherme Rei. Reportagem, roteiro e apresentação: Luiz cláudio Cunha. Porto Alegre: RBS TV, 21 nov. 1993. Vídeo (56 minutos).
- DINGES, John. *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. Trad. Rosana Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkley: University of California Press, 1986.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Nova York: Harper, 1974.
- MAGNO, Ana Beatriz. A agonia da reportagem. Das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos. Dissertação de Mestrado. Orientação Luiz Gonzaga Motta. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- MARCO, Valéria . A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 62, n. 62, p. 45-68, 2004.
- MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.
- MEAD, Margareth. *Male and female*. Nova York: Quill, 1996 (1949).
- MENDONÇA JORGE, Thaís. *Manual do foca. Guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. *UNirevista*, vol. 1, nº 3 : (julho 2006). Acessível em www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf - , em 20/02/2010.
- MOLICA, Fernando (org.). *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: record, 2005.
- PANIAGO, Paulo. Um retrato interior. O gênero perfil nas revistas *The New Yorker* e *Realidade*. Tese de doutorado. Orientação de Luiz Gonzaga Motta e Maria Jandyra Cunha. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.



WOLFE, Tom. *Radical Chique e o novo jornalismo*. Trad. José Rubens Siqueira; posfácio Joaquim Ferreira dos Santos. São paulo: Companhia das Letrs, 2005.



Red de Historia de los Medios

<http://www.rehime.com.ar>

<http://www.youtube.com/rehimeargentina>